

MUNICÍPIO DA LOUSÃ**Aviso n.º 4952/2015**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de Abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal para contratação, por tempo indeterminado, de um assistente operacional para exercer funções na secção de educação foi homologada por meu despacho de 17 de abril de 2015.

Mais se faz público que a lista unitária de ordenação final se encontra afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal da Lousã e disponibilizada na página eletrónica www.cm-lousa.pt.

21 de abril de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal da Lousã, *Luis Miguel Correia Antunes*.

308586433

MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS**Aviso n.º 4953/2015**

Para efeitos do disposto na alínea b), n.º 1, artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 (LTFP), de 20 de junho, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 180 dias, conforme o disposto na alínea b), n.º 1, artigo 49.º, da LTFP, com a trabalhadora Leonor de Oliveira Jerónimo Branco, para a categoria de Assistente Técnico, 1.ª posição remuneratória, nível 5.º, correspondente à remuneração de 683,13€, com efeitos a 5 de janeiro de 2015.

Durante o período experimental a referida trabalhadora é acompanhada por um júri, especialmente constituído para o efeito, a saber:

Presidente — António do Nascimento Pinto, Chefe da Divisão de Educação, Cultura e Turismo; Vogais — Lídia Maria Melo Martins Sá, Coordenadora Técnica e Sílvia Maria Moreira Saragaço, Técnica Superior.

3 de março de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Duarte Fernandes Moreno*.

308565276

Aviso n.º 4954/2015

Para cumprimento do estatuído na alínea d), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se público a lista nominativa do pessoal que cessou funções, por motivo de aposentação, no período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014:

António Tomás Martins Correia Pires, António José Cabral Dias, Alberto Domingos Jerónimo Rodrigues, Antídio Augusto Morais, Manuel Joaquim Teixeira, Samuel Ferreira Pinto, Jorge Tomás Dias, José Manuel Figueiredo de Carvalho Neto, Octávio dos Anjos Fernandes, Camilo Augusto Morais e Manuel João Araújo.

4 de março de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Duarte Fernandes Moreno*.

308532421

MUNICÍPIO DA MADALENA**Aviso n.º 4955/2015****Alteração ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil — PMEPC**

José António Marcos Soares, Presidente da Câmara Municipal da Madalena do Pico, nos termos e para os efeitos da alínea h) do n.º 1 do

artigo 25.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e em cumprimento do disposto no artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, faz público que a Câmara Municipal em reunião ordinária de 23 março de 2015, aprovou a Proposta de Alteração ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil — PMEPC, no sentido de submeter o mesmo à apreciação pública, para recolha de sugestões, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso.

Os documentos acima referenciados encontram-se expostos para efeitos de consulta e recolha de sugestões de todos os interessados, nos Serviços de atendimento ao público da Câmara Municipal da Madalena, onde poderão ser consultados todos os dias úteis das 09.00h às 17.00h, bem como no sítio do Município na Internet (www.cm-madalena.pt).

As sugestões existentes poderão ser formuladas por escrito e enviadas à Câmara Municipal até às 17.00h do último dia do prazo acima referido.

26 de março de 2015. — O Presidente da Câmara, *José António Marcos Soares*.

308548006

MUNICÍPIO DE MARVÃO**Aviso n.º 4956/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência do procedimento concursal, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 239, de 11 de dezembro de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com efeitos a partir do dia 15 de abril do corrente ano com os seguintes trabalhadores:

Alfredo Carlos Éfe Pereira, na categoria de assistente operacional (eletricista);

José António de Jesus Nunes, na categoria de assistente operacional (condutor de máquinas pesadas e veículos especiais);

previstos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal, sendo a remuneração correspondente à 1.ª Posição, nível 1 da tabela remuneratória única.

No uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro determino que o júri do período experimental, seja o mesmo do procedimento concursal.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, de acordo com o referido na a) do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

16 abril de 2015. — O Presidente da Câmara, *Eng. Vítor Manuel Martins Frutuoso*.

308576827

MUNICÍPIO DE MELGAÇO**Aviso n.º 4957/2015**

Nos termos do n.º 6 do Artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação atual, publicita-se a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum com vista à ocupação de um posto de trabalho da carreira de técnico superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para exercer funções na Unidade de Planeamento e Gestão do Território, conforme Aviso n.º 14541/2014 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 30 de dezembro, a qual foi homologada por despacho de 17 de abril de 2015 do Presidente da Câmara Municipal de Melgaço.

Lista Unitária de Ordenação Final

(artigo 34.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro com as alterações decorrentes da Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril)

Nome Candidato	Natureza do Vínculo	1 Método de Seleção AC	2 Método de Seleção EAC	Classificação Final
1 Gilberto Manuel Salgado Baptista Gonçalves	com relação jurídica de emprego público	16,00	16,00	16,00
2 Albertino Esteves	com relação jurídica de emprego público	13,33	12,00	12,53